



# PSB na Câmara

Brasília, 23 de novembro de 2011 - Ano I - Número 3

**PSB** 40

## Deputados apoiam candidatura de Campinas à subsede da Copa do Mundo

Parlamentares da Comissão de Turismo e Desporto (CTD) participaram em Campinas, na segunda-feira (21), do Fórum Legislativo sobre os Centros de Treinamento de Seleções. O evento foi um complemento às visitas do colegiado às 12 cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014 e teve como tema a candidatura das subse-des – os municípios interessados em receber as 32 seleções que participarão do Mundial. Essas cidades têm potencial para servir como opção de hospedagem e de centro de treinamento às equipes classificadas.

Durante visita à Câmara dos Vereadores, o presidente da CTD, deputado Jonas Donizette (PSB-SP), destacou a importância das benfeitorias deixadas pela Copa do Mundo ao povo brasileiro. “O legado proporcionará inclusão social por meio das obras de mobilidade, e a ampliação do fluxo turístico dará sustentabilidade ao turismo das cidades que acolherem

as seleções nacionais durante o torneio.”

Donizette disse ainda que a preparação do Brasil tem evoluído, mas precisa avançar em vários pontos. “Nós visitamos todas as sedes e notamos que há aspectos negativos e positivos. De um lado, percebemos que há problemas de mobilidade urbana. Por outro, constatamos que em todos esses locais temos o emprego pleno”, avaliou.

O deputado federal Romário (PSB-RJ) aproveitou para ressaltar a importância da região de Campinas no processo de escolha das subse-des. “Pela sua importância econômica e alto grau de desenvolvimento, Campinas não pode ficar fora de um evento como é a Copa do Mundo”, afirmou.



Para Donizette, Mundial deixará importantes benfeitorias à população

Os parlamentares também estiveram no Aeroporto de Viracopos, onde foram informados do andamento das obras de infraestrutura. Eles demonstraram confiantes no potencial da cidade para acolher as seleções que disputarão a Copa do Mundo de 2014.

## Projeto de Lei torna obrigatória despesa relativa à prevenção de desastres



Fernando: Proposta não deve causar impacto financeiro

A Comissão de Finanças e Tributação analisa o parecer do relator, deputado Fernando Coelho (PSB-PE), ao projeto que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. A proposta torna obrigatórias, nesta previsão orçamentária, as despesas relativas à prevenção de desastres, quando forem oficialmente reconhecidas como emergenciais.

Fernando Coelho lembra que os gastos referentes às transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essen-

ciais e reconstrução já são de caráter obrigatório. “Nesse contexto, a proposta não acarreta qualquer impacto orçamentário ou financeiro.”

O projeto também define a obrigatoriedade da prestação de contas por meio de relatório dos gastos previstos e realizados, caracterizando crime de responsabilidade a falta de envio dos documentos. Essa medida, segundo o relator, aumenta o controle da aplicação do dinheiro público. “Com isso, buscamos alcançar a eficiência de gastos tidos como imprevisíveis, por advento de calamidades públicas e, portanto, carentes de planejamento”, ressalta.



## CCJ do Senado debate Estatuto da Juventude



Para Domingos Neto, ainda não há consenso para a votação do Estatuto no Senado

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude, deputado Domingos Neto (PSB-CE) participou, nesta terça-feira (22), da audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal para discutir o Estatuto da Juventude (PLC 98/2011). A meia-entrada para estudantes em eventos culturais e o direito a meia-passagem em ônibus interestaduais foram os principais pontos discutidos.

Na última semana, o relator do Estatuto da Juventude na CCJ, senador Randolfe Rodriguez, deu parecer favorável à proposta. O projeto está na pauta da Comissão para ser votado nesta quarta-feira.

A meia-passagem interestadual para estudantes, prevista no

texto aprovado na Câmara, é um dos temas em divergência entre Governo e representantes da Juventude. “O Governo está preocupado com quem vai custear isso, se são os demais passageiros ou não. O que me preocupa é que, se o texto for modificado, terá que voltar à Câmara, e isso pode gerar um atraso na tramitação”, explica Domingos Neto.

Com o impasse, o parlamentar avalia que ainda não há consenso para a votação. “Sinto que a proposta ainda não está solidificada por todas as partes. Acredito que deve haver um pedido de vistas.” Depois de ser aprovado na CCJ, o PL do Estatuto da Juventude ainda será apreciado nas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

## Projeto garante acesso a terras desapropriadas

A Câmara analisa o Projeto de Lei 1823/11, da líder do PSB, deputada Sandra Rosado (RN), que assegura à mulher chefe de família o direito de aquisição de terras públicas oriundas de processos de desapropriação ou ações discriminatórias. A intenção é tornar esse direito explícito em lei.

Segundo a parlamentar, até 2003, o percentual de participação das mulheres na reforma agrária não chegava a 13%. Sandra Rosado lembra que o padrão histórico encontrado no meio rural brasileiro revela uma situação de desigualdade social marcada pela subordinação e pela negação das mulheres enquanto sujeitos po-

líticos e econômicos do mundo rural. “Nesse sentido, a participação no programa de reforma agrária tem como objetivo permitir o exercício da cidadania pela mulher trabalhadora”.

**Cidadania** - A socialista ressalta ainda que durante muito tempo coube à mulher no meio rural o acúmulo do trabalho doméstico com o trabalho no campo, na maioria das vezes, sem o devido pagamento. “Hoje, a situação começa a ser invertida. A introdução maciça de mulheres no processo produtivo está levando a uma nova formulação do conceito de organização familiar e a novos padrões ocupacionais.”

## Curtas

• O deputado **Alexandre Roso (PSB-RS)** defendeu, em relatório apresentado na Comissão de Seguridade Social e Família, o PL 1480/11 que proíbe a cobrança de taxas para que um acompanhante assista ao parto em maternidades privadas. A proposta, que tramita em caráter conclusivo, restringe o direito de acompanhamento no centro obstétrico a apenas uma pessoa. Roso lembra que esse benefício já é concedido nas maternidades do SUS, sem que haja danos nos serviços prestados.

• A deputada **Janete Capiberibe (PSB-AP)** denunciou, em Plenário, o que chamou de “mais um vergonhoso ataque aos direitos dos povos indígenas”. Segundo ela, na última sexta-feira (18), 40 pistoleiros atacaram os Kaiowá Guarani, em Mato Grosso do Sul. A área onde vivem 60 índios está em processo de identificação desde 2008. A socialista explica que a violência contra eles é constante.

• Com a proximidade da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada 2016, o presidente da Subcomissão de Aeroportos da Câmara dos Deputados, **José Stédile (PSB-RS)**, quer discutir a qualidade dos serviços prestados nos aeroportos brasileiros. Para tanto, o parlamentar gaúcho pretende convocar reunião com os representantes das cinco maiores empresas de aviação (Gol, Tam, Trip, Avianca e Azul) ainda esse ano, com o intuito de buscar melhorias no serviço oferecido aos usuários do setor aéreo.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

## Expediente

Líder do PSB: Deputada Sandra Rosado (RN)  
Chefe de Gabinete: Magda Oyo  
Chefe da Assessoria de Comunicação: Gustavo Sousa  
Edição: Tatyana Vendramini  
Redação: Afonso Morais, Andrea Leal, Leticia Alcântara, Maria Carolina Lopes e Tatyana Vendramini  
Fotos: André Abrahão e Sergio Francês  
Diagramação e Design: André Martins  
Câmara dos Deputados - Anexo II - Bloco das Lideranças  
Partidárias - Sala 114 - Fone: (61) 3215-9656